

CAPÍTULO 18

Violência contra criança e as percepções dos profissionais da rede de atendimento: uma revisão integrativa

Patrícia de Fátima de Carvalho Araujo

Mestranda em Segurança Pública (UFPA)

Belém, Pará, Brasil | araujocarvalhopatricia@gmail.com

Izabela da Silva Jatene

Doutora em Ciências Sociais Pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ).

Belém, Pará, Brasil | izabelajatene@gmail.com

Maely Ferreira Holanda Ramos

Doutora em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Psicologia (UFPA)

Belém, Pará, Brasil | maelyramos@hotmail.com

RESUMO

Importância do estudo: A violência contra criança é um fenômeno complexo e multifacetado. No ano de 2022 houve aumento significativo de crimes contra crianças no Brasil, sobretudo em contexto de violência doméstica, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Objetivo:** Analisar artigos científicos sobre violência contra a criança e atuação dos profissionais da rede de proteção, no período de 2018 a 2023. **Materiais e métodos:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura das produções científicas que abordam a percepção destes profissionais sobre a violência contra criança e trabalho em rede. A busca dos estudos ocorreu no portal de periódicos das plataformas *Scientific Eletronic Library Online* (SCIELO) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior (CAPES). Para a análise dos dados utilizaram-se as técnicas frequências e categorial da Análise de Conteúdo, de Bardin. **Resultados e discussões:** Foram selecionados 9 (nove) artigos

científicos e identificadas 27 palavras-chave, as quais foram agrupadas por similaridade semântica, formando 2 (duas) categorias temáticas, sendo elas: Violência contra Criança e Trabalho em rede. **Conclusão:** As pesquisas encontram correlação entre as variáveis estudadas e revelam a necessidade de investimentos em capacitação dos profissionais, melhoria das estruturas de trabalho e implantação de programas específicos para o enfrentamento nos municípios.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Enfrentamento a violência infantil. Proteção.

1 Introdução

A violência é um grave problema de saúde pública e uma violação dos direitos humanos, afetando diversas esferas sociais e as relações entre grupos e culturas, (Dogde, 2015), acarretando consequências emocionais, sociais e econômicas de longo prazo, com altos custos para os governos. Segundo o 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, o ano de 2022 foi particularmente violento para crianças no Brasil, com aumento significativo de crimes como estupro, maus-tratos, abandono de incapaz e lesão corporal em contexto de violência doméstica, tornando o ambiente hostil para elas (FBSP, 2023).

Diante das estatísticas alarmantes e da complexidade das situações de violência, é imprescindível dar atenção aos profissionais que precisam estar devidamente qualificados para lidar com essas situações, buscando ações adequadas e eficazes. Além disso, esses profissionais podem enfrentar represálias por parte dos agressores, que frequentemente possuem histórico de perpetração de violência (Souza; Santos, 2013).

Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo realizar uma revisão integrativa de artigos científicos que contenham levantamentos

de campo sobre a percepção desses profissionais em relação à violência contra a criança como fenômeno cultural multifacetado. Além disso, busca-se entender seus sentimentos, além de examinar as potencialidades e fragilidades do trabalho em rede para o enfrentamento da violência contra a criança. Com tais reflexões teóricas e práticas, espera-se contribuir para uma melhor compreensão e abordagem dessa temática.

2 Revisão Bibliográfica

Crianças e adolescentes são especialmente vulneráveis à violência cotidiana, por estarem em processo de formação, no que tange as suas estruturas físicas e psíquicas, acabam por estar naturalmente em risco. A crescente quantidade de casos de violência intrafamiliar destaca-se como um grave problema de saúde pública mundial, transcende raça, cultura, classe social e escolaridade (Morais et al., 2016). Seus impactos são devastadores, causando danos físicos, psicológicos, morais e espirituais, chegando até mesmo a resultar em morte (Minayo, 2018). Para o enfrentamento da violência, Arratia (2005) destaca a importância da dignidade humana, do respeito ao outro e de valores humanísticos, resumidos na palavra “empatia” por Florêncio, Ferreira Filha e Sá (2007). Infelizmente, crianças e adolescentes são mais vulneráveis à violência interpessoal familiar, alimentada por métodos agressivos de educação (Rocha; Moraes, 2011). O silêncio envolve as ocorrências na privacidade familiar e o medo de relatar, aceitação cultural e falta de proibição legal contribuem para a invisibilidade desse fenômeno (WHO, 2006).

As formas comuns de violência são físicas, psicológica, sexual e negligência. A primeira envolve o uso de força física ou armas para causar lesões. A segunda busca prejudicar a autoestima e o desenvolvimento do

indivíduo. A violência sexual implica obrigar a vítima a práticas sexuais através de poder ou força. A negligência refere-se à omissão de cuidado por um membro da família em relação a outro (Carvalho, 2010).

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado em 1990, ratifica o direito desses jovens como sujeitos de direitos e estabelece a proteção integral como princípio fundamental. O ECA preconiza políticas e programas de assistência social e serviços de prevenção e atendimento psicossocial para as vítimas de violência e maus-tratos, com uma rede articulada de diversos setores (Deslandes; Campos, 2015), exigindo abordagens multiprofissionais e intersetoriais na assistência social, educação e saúde pública (Apostólico et al., 2012). Ressalta-se a importância do sistema de segurança pública na rede, pois os agentes de segurança capacitados, nos campos das polícias investigativas e repressivas, companhias e divisões policiais especializadas para o atendimento de crianças e adolescentes e programas e projetos de prevenção, são indispensáveis para enfrentar essa dura realidade.

Essa rede de proteção tem por base um trabalho coletivo e articulado, visando a efetividade das ações e serviços, sendo composta por representantes do poder público e da sociedade civil, como conselhos de direitos e setoriais, secretarias executivas, conselheiros tutelares, profissionais das áreas de educação, saúde e assistência social, segurança pública e justiça (BRASIL, 1990). Alguns destes locais da rede protetivas e os profissionais que neles trabalham foram o foco dos estudos analisados nesta revisão integrativa de literatura: as Unidades de Saúde da Família (USF); Conselho Tutelar; Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi) e a escola, pois são estratégicos para a notificação e o encaminhamento dos casos de violência.

Os profissionais que atuam na rede de proteção devem estar comprometidos com estratégias de intervenção para aumentar fatores de proteção e minimizar os fatores de risco (Faraj; Siqueira; Arpini, 2016). Além disso, é essencial que estejam capacitados para detectar maus-tratos, notificar e encaminhar para as redes de proteção e apoio, garantindo o respeito aos direitos e um cuidado digno (Angelo et al., 2013); (Freitas; Moura; Monteiro, 2016).

3 Material e Métodos

3.1 Natureza da pesquisa

Trata-se de uma pesquisa do tipo bibliográfica, exploratória e descritiva. Busca levantar informações contantes em estudos científicos, com o fito de investigar um assunto pouco conhecido ou pouco estudado, de forma a promover familiaridade ao tema e identificar problemas, fornecendo uma base sólida para estudos posteriores, ao tempo em que descreve e interpreta características ou fenômenos de determinado grupo, população ou situação (Severino, 2014); (Marconi; Lakatos, 2017). A abordagem utilizada foi quali-quantitativa, conhecida como pesquisa mista, com a finalidade de obter uma compreensão mais abrangente possível sobre o fenômeno, permitindo a análise e interpretação dos dados sob diferentes perspectivas (Prodanov; Freitas, 2013).

A revisão de literatura, foi o método empregado, com o intuito de conhecer o que existe de publicado sobre o tema, na modalidade integrativa. A revisão integrativa da literatura é uma análise ampla de estudos anteriores, que contribui para a discussão de métodos e resultados de pesquisa, além de refletir sobre futuros estudos. Seu objetivo é obter uma compreensão profunda de um fenômeno específico,

mantendo rigor metodológico e apresentando resultados de forma clara para que os leitores possam identificar as características dos estudos incluídos na revisão e aplicá-los. É um instrumento da Prática Baseada em Evidências (PBE), originado do trabalho do epidemiologista Archie Cochrane. (Ercole; Melo; Alcoforado, 2014).

O protocolo para este tipo de revisão, compreende seis etapas que podem ser assim resumidas: i) Identificação do tema e seleção da hipótese ou questão de pesquisa para a elaboração da revisão; ii) Estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão de estudos, amostragens e busca na literatura; iii) Definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados e categorização dos estudos; iv) Avaliação dos estudos incluídos na revisão; v) Interpretação dos resultados; vi) Apresentação da revisão e síntese do conhecimento (Ganong, 1987). À vista disso, as questões norteadoras que se busca responder são: Quais os principais resultados identificados nos estudos sobre violência contra criança e suas redes de proteção?

3.2 Lócus e Fonte de dados

Cuida-se de um estudo de revisão integrativa com coleta de dados realizada a partir de fontes secundárias, por meio de levantamento bibliográfico referente à temática mencionada. As buscas para seleção dos artigos na literatura ocorrem na base de dados eletrônica Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e na base de dados do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior (CAPES), programando-se os diretórios para filtrar as referências nos títulos e nas palavras-chave, de acordo com os descritores mencionados.

3.3 Coleta, Mineração e análise de dados

Ramos (2015) forneceu o ponto de partida para a definição da questão central e dos descritores de rastreamento que antecederam o levantamento bibliográfico, realizado em junho de 2023, para buscar artigos científicos aptos a fornecer suporte teórico de dados, por intermédio da adoção da estratégia P.V.O. - P (população/participantes), V (variável/categoria), O (Outcomes - resultados esperados).

Dessa forma a questão pesquisada inclui os elementos: P - “profissionais da saúde”, “profissionais da educação”; “profissionais da assistência social”, “profissionais da rede de proteção”, “rede de proteção a crianças e adolescentes”; “serviços de proteção infantil”; “rede de apoio”; “rede social”; V- variáveis usadas para “violência contra a criança”, “violência infantil”; “violência infantojuvenil”, “maus-tratos infantis”; “enfrentamento à violência contra criança”; “enfrentamento à violência infantil”; “violência intrafamiliar”; “violência doméstica”. O- resultado verificado nos participantes, indicando os estudos primários que continham as percepções dos profissionais da rede de proteção, acerca da violência infligida à criança e avaliação do trabalho realizado.

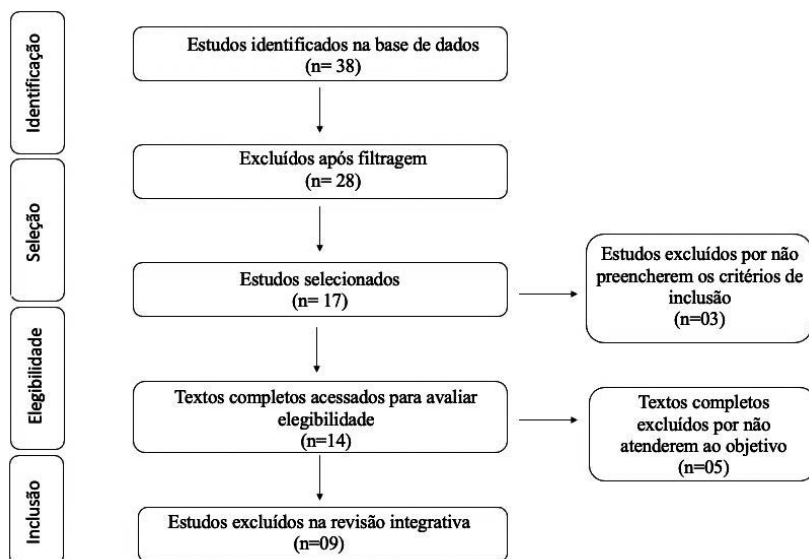
Em seguida, foram realizados os cruzamentos entre os todos os descritores P com todos os descritores V, utilizando-se entre eles a palavra “AND” para a busca na base de dados da SCIELO e CAPES, nos meses de junho/julho de 2023. Os critérios de inclusão definidos foram os seguintes: i) somente artigos científicos; ii) publicados nos últimos 6 (seis) anos – 2018 a 2023; iii) disponibilizados na íntegra e gratuitamente; iv) em língua portuguesa; iv) nacionais; v) em todos os periódicos e áreas temáticas; vi) abordagem qualitativa; vi) estudos primários ou originais, com dados colhidos diretamente pelos autores.

A partir da leitura dos resumos e palavras-chave, foram selecionados aqueles que com abordagem qualitativa, bem como os que contém levantamento de campo, abordando a temática proposta, qual seja, analisar a percepção dos profissionais da rede de proteção acerca do fenômeno da violência contra a criança, assim como verificar a avaliação destes profissionais quanto às potencialidades e fragilidades da rede de proteção no enfrentamento à violência (O - outputs).

Foram encontrados, no total, 20 (vinte) artigos, dentre os critérios propostos, na base de dados da SCIELO e 18 (dezoito) artigos, na base de dados da CAPES. Da totalidade da amostra, foram excluídos, de pronto, os arquivos repetidos/duplicados, assim como aqueles que não estavam disponíveis na íntegra e gratuitamente. Excluiu-se também os que não possuíam dados primários, colhidos diretamente pelos autores, não contivessem abordagem qualitativa, assim como aqueles cujos objetivos não convergiam com o objetivo do tema proposto.

O processo de mineração resultou em 09 (nove) artigos aptos a esta revisão integrativa, após a finalização do processo (identificação, elegibilidade, avaliação e inclusão). Desse total, 05 (cinco) artigos na base SCIELO, 03 (três) na base da CAPES e 01 (um) deles em ambas as plataformas virtuais. Os dados coletados foram ano da publicação, natureza e objetivos. Adiante, a Figura 1, descreve o fluxo de seleção das publicações para esta revisão integrativa.

Figura 1: Fluxograma da seleção das publicações para revisão integrativa.



Fonte: Elaboração das autoras, 2023.

O processo de análise desenvolveu-se por meio da aplicação da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1977), utilizando-se as técnicas da categorização e frequencialização (f). Tal técnica permite identificar os conglomerados semânticos, “ultrapassando as incertezas das hipóteses e pressupostos, pela necessidade de enriquecimento da leitura por meio da compreensão das significações” (Bardin, 2010). Inicialmente, escolhe-se previamente os documentos relacionados ao objetivo proposto, para posteriormente organizar, codificar, classificar e categorizar os achados, para finalmente, tratar os resultados, interpretando-os para um entendimento amplo dos escritos (Bardin, 2010). O corpus textual foi integrado pelos resumos dos artigos, com vistas a descrição das pesquisas e, ainda, para explorar as palavras-chaves.

4 Resultados e discussões

Os 9 (nove) artigos selecionados foram publicados entre os anos 2018-2023 e contém estudos de campo, com dados colhidos diretamente por seus autores. O conjunto dos estudos reflete a escuta de 184 (cento e oitenta e quatro) profissionais de áreas do conhecimento das ciências humanas e da saúde. Estes são membros ativos da rede de proteção à criança, o que permite que esta pesquisa apresente resultados teórico-práticos, englobando saberes e fazeres úteis a compreensão da temática proposta. Ao final do percurso metodológico da Análise de Conteúdo de Bardin (1977), realizado o processo de categorização, pelo acoplamento semântico das palavras-chaves dos artigos, surgiram duas grandes categorias de análise, consoante que pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1: Resultados da frequência (f) e percentual (%) de termos inclusos nas categorias encontradas com palavras-chave nos artigos selecionados na pesquisa, 2023.

Categoria	f	%	Palavras-chave da Categoria
Violência contra Criança	18	67	Violência; Violência contra crianças; Violência Intrafamiliar; Violência doméstica; Maus-tratos infantis; Criança
Rede de Proteção à criança	09	33	Pessoal da Saúde, Práticas Profissionais; Serviços de Proteção Infantil; Apoio Social; Rede Social; Formação de Professores; Enfermagem; Serviços de Saúde Rural; Saúde da Criança
TOTAL	27	100	

Fonte: Elaboração das Autoras, 2023.

Segundo a Tabela 1 foram identificadas 2 (duas) categorias de análise, sendo estas: Violência contra Criança (f = 18) e Rede de Proteção

à Criança ($f = 09$), correspondendo aos percentuais de 67% e 33 %, respectivamente, mediante acoplamento semântico e frequencialização das categorias. Vale destacar que em detrimento do critério de coocorrência, as frequências das palavras-chaves e suas categorias superaram o total de artigos incluídos na análise (9). De forma isolada, os termos mais incidentes em artigos são: violência ($f = 6$), criança ($f = 5$), maus-tratos infantis ($f = 3$). Ressalte-se os termos “violência” e “criança” os mais incidentes (também) nos descritores de busca, evidenciando preocupação dos autores/pesquisadores sobre temática deste fenômeno complexo sobre violência contra o público infantil. A par dessas informações, as categorias serão analisadas adiante.

4.1 Percepções sobre a violência contra a criança

Santos et. al (2019) realizaram um estudo sobre as perspectivas de 16 (dezesesseis) conselheiros tutelares acerca dos fatores que interferem em suas atuações nos casos de violência contra a criança, no Município de Palmas (TO), no período de setembro de 2015 a janeiro de 2016. Os resultados apontaram que os conselheiros tutelares enfrentam desafios significativos ao identificar e atuar em casos de violência infantil. Embora possam facilmente reconhecer violência física com base em marcas no corpo da criança, têm dificuldades em identificar outras formas de violência devido à falta de conhecimento específico, o que não é exigido para sua candidatura ao cargo, o que pode levar à invisibilidade do problema. A violência intrafamiliar também afeta a capacidade de lidar com a violência. Além disso, a violência infantil é culturalmente aceita em algumas sociedades, tornando a prática de castigo corporal comum e tolerada, o que agrava ainda mais a situação (Santos et al., 2019).

Silva et al. (2019) coletaram os sentimentos de 10 (dez) profissionais de saúde (um médico psiquiatra, dois enfermeiros, um assistente social,

três psicólogos, um educador físico, um técnico superior em artes e um técnico superior em música) atuantes em um Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPS i), em uma cidade do sul do Rio Grande do Sul, entre os meses de maio e julho do ano de 2017.

A pesquisa apontou sentimentos de impotência, frustração, medo e desespero, especialmente quando os casos não têm uma resolução adequada e há demora nos encaminhamentos por outros órgãos da rede de proteção à criança. A sobrecarga emocional é comum entre esses profissionais. A violência sexual contra crianças é especialmente angustiante para eles, devido à violação de direitos e questões morais e culturais envolvidas e o sentimento de frustração advém quando não há responsabilização do agressor (Silva et al., 2019).

Os estudos de Batista e Quirino (2020) derivaram de uma proposta de intervenção, por meio de oficinas temáticas realizada com 62 (sessenta e dois) profissionais, dentre médicos, enfermeiros, psicólogos da Atenção Primária em Saúde, em outubro de 2017, vinculados ao programa Estratégia Saúde da Família, em Jaboatão dos Guararapes/PE. As oficinas se mostraram eficazes em potencializar discussões em grupo sobre a violência, gerando diversidade argumentativa, trocas de saberes e construção coletiva de conhecimento. Os encontros despertaram interesse nos profissionais, que apresentaram fragilidades no entendimento e estratégias de enfrentamento da violência infantil. A intervenção alcançou seus objetivos ao aproximar os profissionais das discussões sobre o tema, mas revelou que muitos não se sentiam preparados para lidar com a violência no território. A falta de atividades de educação em saúde e fragilidades na rede local de cuidados às crianças vitimadas foram fatores influenciadores (Batista; Quirino, 2020).

Ribeiro, Fernandes e Melo (2021) coletaram dados entre dezembro de 2018 a janeiro de 2019 e buscaram analisar junto a

16 (dezesseis) profissionais da rede de proteção, dentre médicos, advogados, conselheiros tutelares, enfermeiros, psicólogos e assistentes sociais e técnicos em enfermagem, trabalhadores do CREAS, hospital materno-infantil e hospital universitário, de um município no sertão de Pernambuco, sobre seus conhecimentos sobre a própria rede e sua funcionalidade.

Os resultados desta pesquisa mostram a violência física como o tipo mais comum de violência contra crianças e adolescentes, embora reconheçam a existência de violência sexual e psicológica, porém em menor proporção. Este tipo de violência é mais facilmente reconhecida pelos profissionais devido às marcas visíveis que deixa. No entanto, é importante notar que a negligência e o abandono, embora não tenham sido mencionados por muitos participantes desta pesquisa, são os tipos mais notificados em outros estudos, mostrando a necessidade de maior atenção e conhecimento sobre esse aspecto (Ribeiro; Fernandes; Melo, 2021).

Os últimos cinco anos, marco temporal assinalado como critério de inclusão dos trabalhos científicos pesquisados, compreendem um período único na história, na modernidade: A pandemia da COVID-19, que começou no Brasil em 2020, levou ao fechamento das escolas - as quais desempenham um papel crucial na nutrição e proteção das crianças, além de ser uma instituição essencial na identificação de situações de violência - como uma medida importante de contenção do vírus (Baron, 2020). Logo, um dos artigos selecionados para esta revisão da literatura não poderia deixar de contemplar o aspecto da atuação dos profissionais da educação neste contexto pandêmico.

Oliveira et al. (2022) buscou compreender as percepções de professores sobre a violência contra o público infantojuvenil, em

tempos de pandemia. A pesquisa ouviu os profissionais entre setembro e outubro de 2020, em um município de médio porte no Estado de São Paulo, com população estimada para 2018 em 249.415 mil habitantes. Os participantes mantinham contato com seus alunos de ensino fundamental e médio, por meio da internet.

Os pesquisadores ressaltaram que o afastamento da escola, especialmente pela falta de acesso remoto dos professores aos estudantes, foi identificado como um fator que contribuiu para a vulnerabilidade desses jovens. Os impactos na saúde mental das crianças e adolescentes devido a possíveis situações conflituosas e/ou violentas foram enfatizados, e destaca-se a necessidade de cuidado interprofissional e ações a curto e médio prazo para abordar esse desafio (Oliveira et al., 2022).

O estudo traz implicações importantes para a prática em Enfermagem e Saúde, sugerindo medidas que podem contribuir para enfrentar os desafios enfrentados com relação à violência contra crianças e adolescentes para além da crise sanitária, tais como ações intersetoriais na escola, educação contínua aos profissionais da rede de proteção sobre sinais de violência em tempos de pandemia e para além destes; criação de protocolos, ampliação dos canais de denúncia de violência e ações de promoção da saúde mental (Oliveira et al., 2022).

4.2 Percepções sobre o trabalho em rede

Schek et al. (2018) realizaram um estudo para identificar práticas que silenciam a violência intrafamiliar, a partir do discurso de 15 (quinze) profissionais que atuam na rede de proteção à crianças e adolescentes em município de médio porte situado no extremo sul do Brasil. A pesquisa foi realizada em Unidades de Pronto Atendimento e Pediatria de um Hospital Universitário, um CREAS e um Conselho Tutelar, como

forma de reconstruir o itinerário, em regra, percorrido pelas famílias em situação de violência, naquele município. A coleta de dados ocorreu entre novembro de 2013 e março de 2014 e dela participaram seis enfermeiros, dois médicos, dois psicólogos, dois agentes comunitários de saúde, dois conselheiros tutelares e um assistente social.

Os resultados deste estudo revelam que as práticas profissionais diante de situações de violência intrafamiliar nem sempre são protetivas, o que mantém o sofrimento de muitas crianças e adolescentes em sigilo. Os profissionais entrevistados parecem adotar um cuidado reducionista, focado apenas nas necessidades físicas das vítimas, em detrimento de ações educativas e preventivas. A falta de registro formal sobre o atendimento prestado às vítimas também é uma questão, com muitos optando por comunicar verbalmente as informações entre a equipe, o que pode levar a uma abordagem padronizada e pouco eficaz (Schek et al., 2018).

Conforme os achados de Schek et al. (2018), no que diz respeito aos encaminhamentos, observou-se que muitos profissionais transferem a responsabilidade para outros órgãos, como o Conselho Tutelar, sem assumir todas as responsabilidades necessárias para o cuidado adequado das vítimas. Isso pode ocorrer devido à falta de fluxogramas de atendimento, desarticulação dos serviços de referência e contra referência, bem como a ausência de acompanhamento adequado das vítimas e suas famílias após o encaminhamento. Outro ponto importante enfatizado foi a falta de práticas voltadas para o atendimento e acompanhamento dos agressores, o que pode contribuir para a perpetuação da violência. (Schek et al., 2018).

Por outro lado, Santos et al. (2019) abordam a atuação dos conselheiros tutelares e sinalizam que esta é prejudicada por

infraestruturas inadequadas, falta de sistemas informatizados para registro e compartilhamento de informações e falta de comunicação efetiva entre as instituições responsáveis pelo atendimento às crianças em situação de violência, assim como falta de capacitação, sobretudo em temas ligados à violência. Os autores Batista e Quirino (2020) aferiram com a pesquisa realizada junto às equipes de Saúde da Família que a visita domiciliar foi destacada como estratégia de enfrentamento à violência contra a criança, mas que, por outro lado, a ficha de notificação ainda é pouco conhecida e utilizada.

Melo et al. (2020) realizaram uma pesquisa para compreender a atuação da rede de proteção, sob a ótica de 5 (cinco) profissionais de um Centro de Referência Especializado da Assistência Social de um município, com população, no momento do estudo de 33.219 mil habitantes, do interior do estado de Pernambuco, às proximidades da Capital, na macrorregião do Vale do São Francisco, entre outubro de 2017 e janeiro de 2018. Participaram da pesquisa: um psicólogo, dois assistentes sociais, um advogado, um educador social e um assistente administrativo.

Os resultados mostraram que os participantes possuem uma percepção limitada da atuação da rede de proteção e têm dificuldades em identificar os serviços e fluxos de referência e contra referência. As principais dificuldades encontradas foram a falta de membros completos na equipe multiprofissional e a pouca articulação e manutenção do fluxo de atendimento em parceria com outros serviços da rede. Isso compromete a qualidade das intervenções realizadas, afetando a eficácia e eficiência do cuidado aos indivíduos assistidos. Para que as ações da equipe multiprofissional sejam mais efetivas, é fundamental que os profissionais tenham uma formação de qualidade e tenham acesso a ações de educação permanente (Melo et al., 2020).

Mapelli et al. (2020), analisaram a atuação intersetorial de duas Unidades de Saúde da Família, no cuidado e proteção à criança e ao adolescente, em situação de violência doméstica, situadas na zona rural do município de São Paulo. Coletaram as percepções de 17 (dezesete) profissionais – duas enfermeiras, três técnicas de enfermagem, nove agentes comunitários de saúde, uma médica, uma dentista e uma técnica em farmácia, no período entre abril e maio de 2019.

O estudo evidenciou a fragilidade e falta de efetividade da rede intersetorial no enfrentamento da violência doméstica contra crianças e adolescentes, especialmente em contextos rurais, onde as unidades são mais isoladas e sobrecarregadas. Algumas dificuldades relatadas pelos profissionais incluem a falta de compreensão da dinâmica da violência para além do viés biomédico e a falta de aproximação entre os profissionais e famílias, além de educação permanente na temática da violência, o que requer a superação desses desafios para uma melhor organização em rede. A organização de práticas em Atenção Primária à Saúde deve levar em conta as características socio sanitárias do território (Mapelli et al., 2020).

Monti e Sigolo (2023) se propuseram a investigar e analisar os conhecimentos de 36 (trinta e seis) professoras da Educação Infantil, sobre violência intrafamiliar contra criança até 06 (seis) anos de idade, na fase da primeira infância. As profissionais participantes relataram que a experiência na carreira lhes proporcionou o conhecimento necessário para identificar e encaminhar casos de violência intrafamiliar. No entanto, também foi observado baixa frequência de denúncias por parte dos profissionais da educação, indicando possível falta de envolvimento ou desconhecimento sobre o assunto (Monti; Sigolo, 2023).

Monti e Sigolo (2023) vislumbraram que os encaminhamentos realizados para casos de suspeita de violência mostraram falta de

padronização nas condutas dos profissionais da educação. A hesitação em denunciar e a comunicação com os pais em situação de violência colocam em risco a integridade das vítimas. Há uma falta de confiança nos órgãos de apoio, especialmente no Conselho Tutelar, devido à falta de formalidade e uniformidade nas informações e denúncias da escola. É importante estabelecer estratégias de comunicação para facilitar a resolução dos casos.

Também restou observado que as professoras não souberam responder adequadamente quanto às mudanças comportamentais típicas de crianças vítimas de violência, o que é preocupante, considerando o papel crucial dos professores no rompimento do ciclo de violência. É essencial capacitar os professores para identificar esses sinais e desempenhar um papel ativo na prevenção e intervenção contra a violência. (Monti; Sigolo, 2023).

5 Considerações Finais

Este trabalho teve como objetivo principal pesquisar estudos que tratam sobre a temática da violência contra a criança, bem como sobre o trabalho em rede, que deve ser realizado pelos profissionais que atuam na área protetiva. Os nove artigos analisados através do método de Revisão Integrativa de Literatura aliam saberes e fazeres, trazendo ao texto uma concepção teórico-prática, fundamental para reflexão sobre o tema, bem como para fundamentar ações de gestão pública. Saliente-se que os achados dos artigos debatidos corroboram os achados da revisão de literatura desenvolvida neste estudo.

A partir da categorização das palavras-chaves emergiram os dois blocos temáticos, sobre os quais foram desenvolvidas as discussões. Sobre as percepções dos profissionais chamou a atenção a inexistência

de capacitação para identificar os vários tipos, gerando invisibilidade para algumas formas que não sejam a violência física, o que também sofre influência de fatores culturalmente praticados na forma agressiva de educar as crianças e, ainda, a dificuldade de lidar com o contexto intrafamiliar, presente na maioria dos casos. Por outro lado, as percepções destes profissionais sobre o trabalho em rede trouxeram reflexões e sentimentos que emergem durante os atendimentos, fragilidades e necessidades de capacitação, melhoria das estruturas materiais e humanas de trabalho, criação de programas municipais específicos, de onde se conclui que ainda resta um longo caminho para potencializar o enfrentamento da violência infantil por intermédio de políticas públicas eficientes e resolutivas.

Por fim, considerando que as estatísticas apontadas no 17º Anuário de Segurança Pública como resultado dos trabalhos do Fórum de Segurança Pública apontam que em 2022 houve um recrudescimento da violência contra crianças, sobretudo em contexto doméstico/intrafamiliar necessário que o tema continue sendo debatido e pensadas soluções para o enfrentamento que estejam para além da formalidade e que consigam realmente ser capazes de baixar estes índices (FBSP,2023).

REFERÊNCIAS

APOSTÓLICO, M. R. et al. **Características da violência contra a criança em uma capital brasileira**. Revista Latino-Americana de Enfermagem, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 266-273, 2012.

Arratia FA. **Aspectos éticos vulnerados en situaciones de violencia: su importancia en la formación de enfermería**. Invest Educ Enferm 2005;23(2):104-16.

BARON, E. J., GOLDSTEIN, E. G., WALLACE, C. T. Suffering in silence: how COVID-19 school closures inhibit the reporting of child maltreatment. *J Public Econ.* 2020; 190:104258. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jpubeco.2020.104258>. PMID:32863462.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições70, 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo** (LA Reto, & A. Pinheiro, Trad.) Lisboa: Edições 70. Publicação original, 1977.

Batista, MKB, Quirino, TRL. **Debatendo a violência contra crianças na saúde da família: reflexões a partir de uma proposta de intervenção em saúde**. *Saúde Soc. São Paulo*, v.29, n. 4. doi:10.1590/S0104-12902020180843.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente: Lei n. 8.069**, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. 13. ed. Brasília, DF: Edições Câmara, 2015.

CARVALHO, C. M. **Violência infanto-juvenil, uma triste herança**. In: ALMEIDA, M. G. B. *A violência na sociedade contemporânea*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

Deslandes SF, Campos DS. **Guardianship Councilors' views on the effectiveness of the existing network in providing full protection to children and teenagers in situations of sexual violence**. *Ciênc Saúde Coletiva*. 2015;20(7):2173-82. doi: <https://doi.org/10.1590/1413-81232015207.13812014>

Dodge KA, Malone PS, Lansford JE, et al. **Hostile attributional bias and aggressive behavior in global context**. *Proc. Natl. Acad. Sci. USA*. 2015; 112(30):9310-9315.

ERCOLE, Flávia Falci; MELO, Laís Samara de; ALCOFORADO, Carla Lúcia Goulart Constant. **Revisão integrativa versus revisão sistemática**. Revista Mineira de Enfermagem, v. 18, n. 1, p. 9-12, 2014.

Faraj SP, Siqueira AC, Arpini DM. **Rede de proteção: o olhar de profissionais do sistema de garantia de direitos**. Temas Psicol. 2016;24(2):727-41. doi: <https://doi.org/10.9788/TP2016.2-18>

Florêncio MVL, Ferreira Filha MO, Sá LD. **A violência contra o idoso: dimensão ética e política de uma problemática em ascensão**. Rev. Eletr. Enf. 2007;9(3):847-57 [acesso em 13 ago 2017]. Disponível em: <http://www.fen.ufg.br/revista/v9/n3/v9n3a23.htm>.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública** [livro eletrônico] / Fórum Brasileiro de Segurança Pública. – São Paulo: FBSP, 2023. 357 p. : gráf., tab.

Freitas RJM, Moura NA, Monteiro ARM. **Violence against children/adolescents in psychic suffering and nursing care: reflections of social phenomenology**. Rev Gaúcha Enferm [Internet]. 2016 Apr; [cited Oct 28]; 37(1): e52887. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472016000100702. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1983-1447.2016.01.52887>

Ganong, LH. **Integrative reviews of nursing research**. Res Nurs Health. 1987

Mapelli LD, Sabino FHO, Costa LCR, Silva JL, Ferriani MGC, Carlos DM. **Rede interse- torial para o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes em contexto de ruralidade**. Rev Gaúcha Enferm. 2020;41: e20190461. doi: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2020.20190461>

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8.ed., São Paulo: Atlas, 2017

Melo RA, Carlos DM, Freitas LA, Roque EMST, Aragão AS, Ferriani MGC. **Rede de proteção na assistência às crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violência.** Rev Gaúcha Enferm. 2020;41:e20190380. doi: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2020.20190380>

Minayo MCS, Souza ER, Silva MMA, et al. **Institucionalização do tema da violência no SUS: avanços e desafios.** Ciênc. Saúde Colet. 2018; 23(6):2007-2016.

Monti, Luísa Leôncio, and Sílvia Regina Ricco Lucato Sigolo. “**Estudo Sobre Violência Intrafamiliar Contra a Criança: Conhecimentos E Atitudes De Professores Da Educação Infantil.**” Educação (2023): Educação, 2023. Web.

Morais RLGL, Sales ZN, Rodrigues VP, Oliveira J da S. Ações de proteção a crianças e adolescentes em situação de violência Actions of protection for children and teenagers in situations of violence. Rev. Pesqui. (Univ. Fed. Estado Rio J., Online) [Internet]. 5º de abril de 2016.

PRODANOV, C. C. FREITAS, E.C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, Maély Ferreira Holanda. **Modelo social cognitivo de satisfação no trabalho: percepções sobre a docência.** 2015. 239 f. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa do Comportamento). Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

Ribeiro, Fernanda Maria Araújo, Flávia Emília Cavalcante Valença Fernandes, and Rosana Alves Melo. “**Rede de Proteção a criança e adolescentes em situação de violência, na visão dos profissionais.**” Revista Baiana De Enfermagem 35 (2021): Revista Baiana De Enfermagem, 2021, Vol.35. Web

ROCHA, P. C. X.; MORAES, C. L. **Violência familiar contra a criança e perspectivas de intervenção do Programa Saúde da Família: a experiência do PMF/Niterói** (RJ, Brasil). *Ciência & Saúde Coletiva*, São Paulo, v. 16, n. 7, p. 3285-3296, 2011.

Santos, LF, Costa, MM, Javae, ACRS, Mutti, CF, Pacheco, LR. **Fatores que interferem no enfrentamento da violência infantil por conselheiros tutelares**. *Saúde Debate*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 120, P.137-149, 2019; <https://doi.org/10.1590/0103-1104201912010>

Schek G, Silva MRS, Lacharité C, César-Vaz MR, Bueno MEN, Ventura J. **Práticas Profissionais que silenciam a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes**. *Texto Contexto Enferm*, 2018; 27(1): e1680016. doi: <https://doi.org/10.1590/0104-07072018001680016>

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 1.ed., São Paulo: Cortez, 2014

Silva MS, Milbrath VM, Freitag VL, Gabatz RIB, Bazzan JS, Maciel KL. **Atendimento a vítimas de violência infanto-juvenil: sentimento de profissionais de um centro de atenção psicossocial**. *Escola Anna Nery* 2019;23(2): e20180215.doi:10.1590/2177-9465-EAN-2018-0215.

Souza RG, Santos DV. **Enfrentando os maus-tratos infantis nas Unidades de Saúde da Família: atuação dos enfermeiros**. *Physis Rev Saúde Coletiva* [Internet]. 2013 Jul/Sep; [cited Nov 15]; 23(2):783-800. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312013000300007. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312013000300007>

World Health Organization. **Preventing child maltreatment: a guide to taking action and generating evidence**. Geneva: WHO; 2006.